



Em tempos de fazer o bem

Nesta Páscoa, o Escritório Aparecido Inácio e Pereira, distribuiu ovos de chocolate às crianças da APAF, uma instituição que ajuda mulheres a se reintegrar na sociedade e na formação de crianças de 0 à 3 anos. A recompensa?! Sorrisos sinceros e a pura felicidade estampada no rostinho de cada um. Às vezes um gesto pequeno, é o maior presente que alguém pode receber! Afinal, não é só no dia de Páscoa que devemos fazer o bem para o próximo.



Sueli A. Santos Viana (assistente social da APAF) e Aparecido Inácio (sócio do escritório Aparecido Inácio e Pereira) na entrega simbólica de ovos para as crianças da APAF.

Faça o bem você também.

Exposição: São Paulo Século XXI



Entre os dias 21 de maio e 17 de julho a Caixa Cultural São Paulo apresenta gratuitamente a exposição "São Paulo Século XXI", do fotógrafo Fausto Chermont, que traz a megalópole paulista em diferentes prismas, ressaltando desde a arquitetura a outros aspectos visuais e urbanísticos. Tel.: (11) 4009-3000. Preço: Gratuito. fonte: www.cidadedesaopaulo.com

ÍNDICE

- Nova parceria em direito previdenciário.
- Justiça determina o afastamento do presidente da Associação dos aposentados de Santo André e região do ABCDM.
- Justiça reconhece Assédio Moral de servidor do hospital das Clínicas - SP e garante reintegração com indenização por dano moral.
- Servidores municipais de Diadema em greve por reajuste salarial e benefícios.
- Supremo Tribunal Federal aceita

repercussão geral em assuntos de interesse dos servidores.

- Servidores do HC SP conquistam direito a sexta parte sobre proventos integrais.

03

- Trabalhadores terceirizados do POUPATEMPO são representados pelo SINDEEPRES.
- Servidores estaduais municipalizados querem reconhecimento.
- Giro Jurídico.
- Ministério do trabalho implanta central de atendimento gratuita - 158.

04

NOVA PARCERIA EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO

O escritório Aparecido Inácio e Pereira em busca de ampliação na qualidade dos serviços jurídicos ofertados aos clientes firmou parceria com o escritório Salgado Júnior Sociedade de Advogados, que é especializado na área previdenciária administrativa (INSS) e judicial.

A atuação da parceria será em todo o Estado de São Paulo e compreenderá o encaminhamento de requerimentos e revisão de benefícios junto ao INSS, tanto na esfera administrativa como judicial, tais como aposentadorias por invalidez, idade, tempo de contribuição e aposentadoria especial, auxílio doença, auxílio acidente, auxílio reclusão, amparo social – LOAS, salário maternidade, pensão por morte, desaposentação e contagem de tempo de serviço.

Os atendimentos prévios serão efetuados por nosso escritório com o devido encaminhamento das demandas para o escritório parceiro.



Justiça reconhece Assédio Moral de servidor do Hospital das Clínicas - SP e garante reintegração com indenização por dano moral



O Escritório Aparecido Inácio e Pereira Advogados Associados patrocinou a defesa dos interesses de um servidor público associado do SINDSAÚDE/SP que trabalhava no HCSP e que foi demitido sob a alegação de término de contrato de trabalho.

Contudo, no momento do desligamento o servidor encontrava-se incapacitado para o trabalho, em razão de forte depressão, desencadeada pelo assédio moral sofrido no local de trabalho, cometido por seu superior hierárquico, que possuía comportamento agressivo com todos os subordinados, além do que humilhava acintosamente o servidor, causando-lhe desgaste mental e outras seqüelas.

Por essa razão procurou o jurídico e ajuizou uma ação contra o HCSP e a Juíza do Trabalho Patrícia Therezinha de Toledo acolheu a pretensão do servidor e condenou o HC a pagar ao servidor uma indenização por dano moral, bem como reconheceu a ilegalidade na dispensa do servidor e sua reintegração no emprego.

Justiça determina o afastamento do presidente da Associação dos aposentados de Santo André e região do ABCDM

Em processo de medida cautelar movido pelo escritório Aparecido Inácio e Pereira parte da diretoria da Associação dos aposentados de Santo André e região do ABCDM obteve na Justiça uma liminar que afastou temporariamente o presidente da entidade em razão de inúmeras acusações contra sua gestão que foram apuradas por uma comissão interna de sindicância.

Quando o Conselho Fiscal da entidade constatou inúmeras irregularidades nas contas e na gestão da entidade ocupada pelo mesmo presidente há mais de 10 anos, que é um ex deputado federal do PTB levou o fato conhecimento dos demais membros da diretoria que por ampla maioria decidiu pelo afastamento do mesmo, que se recusou a deixar o cargo.

Por isso convocaram uma assembléia geral dos associados a qual teve a participação do advogado Aparecido Inácio e a mesma deliberou, por unanimidade, pelo afastamento do Presidente que se recusou a sair do cargo que ocupava há mais de 10 anos. Assim não restou outra alternativa aos demais diretores senão recorrer a Justiça e por ordem liminar a juíza da 8ª Vara Cível de Santo Andre decidiu afastar o Presidente da entidade para permitir a comissão de sindicância nas palavras da Juíza uma “isenta apuração dos fatos”.

Junto com o Presidente a diretoria também afastou sua filha que era seu braço direito na gestão a qual foi demitida por justa causa. Em 19 de maio a comissão de sindicância responsável pelas investigações concluiu seu relatório o qual foi aprovado pela assembléia geral extraordinária e por 125 a 03 o presidente foi afastado definitivamente da entidade.

VISITE NOSSO NOVO SITE
www.inacioepereira.com.br

“Não jogue este papel em vias públicas.”



Servidores municipais de Diadema em greve por reajuste salarial e benefícios

Os servidores municipais da cidade de Diadema através do SINDEMA entraram em greve dia 28 de abril, porque não foram atendidos em suas principais reivindicações após inúmeras e infrutíferas reuniões com a Prefeitura. Dentre as principais demandas da categoria composta de 15 itens, cuja data base é 1o de março destaca-se o pedido de reajuste salarial de 11%, reajuste nos benefícios do vale alimentação e vale refeição, plano de carreira e regulamentação de jornada de trabalho. A Prefeitura alega impossibilidade econômica em razão de ter atingido os índices da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas o SINDEMA reclama que a mesma não apresentou os números do orçamento que justificam tal recusa. Desde o início do movimento a prefeitura mantém-se inflexível ofertando em contrapartida reajustes parcelados limitados a 2% nos meses de dezembro/2011, fevereiro/2012, abril/2012, julho/2012 e setembro/2012 totalizando 10,4 %.

A insatisfação da categoria é

geral, pois proposta não garante a reposição salarial na data base, bem como perpetua a perda salarial. O SINDEMA conseguiu grande mobilização da categoria e o apoio de diversos vereadores do município. Os grevistas passaram a acampar na Câmara Municipal na espera de uma proposta mais digna e inclusive receberam a visita e apoio do Senador Eduardo Suplicy que considerou justo o movimento. No 20o dia da greve a Prefeitura ajuizou Dissídio Coletivo de Greve no TRTSP e na audiência de conciliação realizada em 19.05.2011 a Presidente do SINDEMA Jandyra Uehara esteve presente e acompanhada do advogado Aparecido Inácio, a Vice Presidente Judicial do TRTSP fez uma proposta de acordo consistente no imediato retorno ao trabalho, com a garantia do pagamento integral dos dias de paralisação e retomada das negociações. Tal proposta foi acatada de imediato pela Prefeitura e depois também pelos



servidores municipais em assembléias realizadas dias 19 e 20/05/2011. Agora seguem as negociações para tentativa de conciliação. O SINDEMA é assessorado pelo escritório Aparecido Inácio e Pereira. ■

Supremo Tribunal Federal aceita repercussão geral em assuntos de interesse dos servidores

A Repercussão Geral é um instrumento processual inserido na Constituição Federal de 1988 (art. 102, §3º), por meio da Emenda Constitucional 45 (conhecida como a "Reforma do Judiciário").

O objetivo desta ferramenta é possibilitar que o Supremo Tribunal Federal (STF) selecione os Recursos Extraordinários que irá analisar, de acordo com alguns critérios (relevância jurídica, política, social ou econômica).

O uso desse filtro recursal resulta numa diminuição do número de processos encaminhados ao STF. Uma vez constatada a existência de repercussão geral, os processos idênticos ficarão com o julgamento suspenso até análise e decisão do STF. E esta decisão deverá ser aplicada posteriormente pelas instâncias inferiores. Fonte: Glossário Jurídico do STF.

Os temas relevantes já encaminhados pelas assessorias jurídicas que serão

discutidos no STF são:

- Reajuste auxílio alimentação dos servidores públicos (REPERCUSSÃO GERAL EM RE N. 607.607-RS RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO)

- Necessidade de previo requerimento administrativo antes da discussão judicial sobre benefício previdenciário (REPERCUSSÃO GERAL EM RE N. 631.240-MG-RELATOR: MIN. JOAQUIM BARBOSA). ■

Servidores do HC SP conquistam direito a sexta parte sobre proventos integrais

O SINDSAUDE-SP, através desta sua assessoria jurídica ajuizou ação coletiva na Justiça do Trabalho pleiteando o reconhecimento da Sexta Parte sobre os proventos integrais aos servidores contratados pelo Hospital das Clínicas de São Paulo.

O Juiz da 79ª. VT de São Paulo reconheceu a legitimidade do

SindsaudeSP para propositura da ação e julgou procedentes os pedidos.

Destacamos da sentença o seguinte trecho: "Indiscutível, portanto, que os substituídos que completaram 20(vinte) anos de efetivo exercício tem direito à verba intitulada sexta-parte. A base de cálculo é o vencimento integral

recebido pelo obreiro, na forma como preceitua o dispositivo constitucional e a Súmula já citados nos parágrafos precedentes. Conclui-se, portanto, que todos os títulos de natureza salarial recebidos pelo obreiro, deverão compor a remuneração para cálculo da sexta parte." ■

Trabalhadores terceirizados do POUPATEMPO são representados pelo SINDEEPRES

O SINDEEPRES através da assessoria jurídica de Aparecido Inácio e Pereira ingressou com ação de cumprimento contra a empresa terceirizada que presta serviços no fornecimento de mão de obra para o POUPATEMPO de São José dos Campos.

A ação tinha como objeto o cumprimento integral da Convenção Coletiva de Trabalho, em especial, da cláusula que garante aos trabalhadores a manutenção da remuneração (salários/adicionais/benefícios) na hipótese de troca da empresa prestadora de serviço

em uma mesma tomadora.

A empresa terceirizada que assumiu o novo contrato com o Governo do Estado afirmava que o enquadramento de seus empregados (remanescentes da antiga prestadora) diante do novo contrato seriam representados por um outro sindicato, razão pela qual não estava obrigada ao pagamento de salários e benefícios nos mesmos patamares.

A justiça reconheceu a representação do SINDEEPRES e o direito dos trabalhadores.

GIRO JURÍDICO

Os advogados da equipe de Aparecido Inácio e Pereira acompanharam diversas atividades sindicais em eventos em vários locais do Estado de São Paulo.

O Dr. Rodrigo Silva Romo fez palestras sobre Aposentadoria Especial e Direitos/Deveres do Servidor Público nos seminários jurídicos do Sindsaúde nas cidades de Sorocaba em 10/03, em Itú dia 16/03, em Poá dia 30/04 e em Assis dia 13/05 e também representou o escritório no Congresso Regional da AFUSE realizado na cidade de Mogi Mirim em 26 de março.

O Dr. Danilo Quirino Trevizan participou do Seminário Jurídico do Sindsaúde na cidade de Sorocaba dia 25/03, com a palestra sobre Aposentadoria Especial e Direitos/Deveres do Servidor Público. Também em 20 e 21 de maio esteve em Brasília participando do Encontro das Assessorias Jurídicas do ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior.

O Dr. Eduardo Figueiredo de Oliveira discorreu sobre Assédio Moral na Semana de Prevenção Interna de Acidentes de Trabalho dia 25/03, organizada pelo SINDEMA, em Diadema.

Em 28/03 os sócios Inácio e Moacir participaram também do Encontro Nacional das entidades vinculadas a CNTSS onde discutiram questões relacionadas a organização sindical dos trabalhadores vinculados ao Programa de Saúde da família.

Em 28/04 o sócio Aparecido Inácio participou da Assembléia Geral de reformulação estatutária na Apafisp – Associação Paulista dos Fiscais da Previdência.

O Sócio Aparecido Inácio ministrou palestra dia 10 de maio sobre “Assédio Moral no Mundo do Trabalho” no Salão Nobre da OAB/SP e também em conjunto com o sócio Moacir Ap. Matheus Pereira participaram do Congresso Regional da AFUSE realizado na cidade de Teodoro Sampaio em 15/04 e em Marília nos dias 20 e 21 de maio, onde o mesmo tema foi objeto de palestra ministrada pelos mesmos.

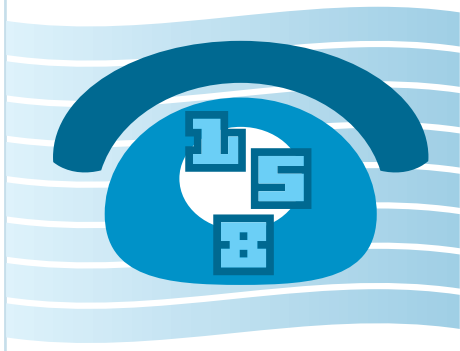
SERVIDORES ESTADUAIS MUNICIPALIZADOS QUEREM RECONHECIMENTO

Os servidores estaduais da saúde a disposição da Prefeitura Municipal de São Paulo, representados pelo Sindsaude-sp reuniram-se em assembléia no dia 20/05 para discutir o descaso da administração estadual e municipal em relação a estes trabalhadores, que estão sujeitos a precárias condições de trabalho nas unidades básicas de saúde, além do prejuízo devido o corte do Prêmio Produtividade e Desempenho- PPD pago em complementação salarial pela Prefeitura do Município.

A assessoria jurídica Aparecido Inácio e Pereira elaborou e apresentou parecer jurídico entendendo pela ilegalidade do corte da PPD. A assembléia contou com participação do ex-deputado estadual e hoje

vereador Carlos Neder que explanou com profundidade sobre o projeto de municipalização e modelo de atual da gestão de saúde imposta pelo governo municipal e estadual através das Organizações Sociais que ignora os direitos dos servidores públicos. Também ressaltou a existência de dois projetos de leis nas duas esferas sobre o tema. Após debates a assembléia decidiu pela continuidade das negociações agregadas a campanha salarial 2011 em pleno andamento e direção da entidade ressaltou a necessidade de mobilização dos trabalhadores. O sócio Moacir Ap. Matheus Pereira compôs a mesa e esclareceu as questões de ordem jurídica.

Ministério do trabalho implanta central de atendimento gratuita - 158



A partir do mês de maio o Ministério do Trabalho tem um novo canal de atendimento ao cidadão que atenderá gratuitamente pelo telefone 158 para informações sobre legislação trabalhista, seguro desemprego e abono salarial, além de todos os programas sociais, ouvidoria e ações desenvolvidas pelo M.T.E.

O Canal 158 é gerenciado pela Ouvidoria Geral do M.T.E.. Neste atendimento, a pergunta do cidadão é respondida eletronicamente no ato do atendimento; e, eventualmente quando o assunto abordado não consta do banco de conhecimento, é aberta uma ocorrência para avaliação e resposta pela área competente. Nesses casos o prazo para retorno ao cidadão é de cinco dias. *Fonte: DIAP.*